

Dimensões do capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate acerca do Estado-nação e do “novo imperialismo”

Paulo Balanco¹
Eduardo Costa Pinto²

Resumo: Este artigo discute as transformações do capitalismo, procurando situá-las como resultados do processo dialético das leis de movimento e reprodução do valor. Nesse sentido, afirma-se que as modificações capitalistas hodiernas - associadas à *reestruturação produtiva*, à *globalização financeira* e ao novo papel dos estados nacionais - foram introduzidas pelos representantes do capital como estratégias de retomada do controle social e da recuperação dos níveis de acumulação, abalados pela crise estrutural do capital dos anos 70. Tais transformações, por um lado, propiciaram a retomada do controle social do capital, em virtude do processo de fragmentação da classe trabalhadora e da desvalorização da força de trabalho, e, por outro, criaram limitações à acumulação, as quais foram precariamente contornadas por intermédio da ampliação da acumulação em bases financeiras. Contudo, tal dinâmica de acumulação, centrada nas finanças, vem consubstanciando um aumento da dependência econômica e um aprofundamento do quadro social desigual, principalmente nos países periféricos haja vista a conformação de um “novo imperialismo” sob a égide norte-americana.

Palavra chave: crise, globalização, Estado-nação, “Império”, “novo imperialismo”.

Abstract: This article argues the transformations of the capitalism, looking for to point out them as resulted of the dialectic process of the laws of movement and reproduction of the value. In this direction, it is affirmed that the capitalist modifications moderns - associates to the productive reorganization, the financial globalization and the new paper of the national states - had been introduced by the representatives of the capital as strategies of retaken of the social control and the recovery of the accumulation levels, shaken for the structural crisis of the capital of years 70. Such transformations, on the other hand, had propitiated the retaken one of the social control of the capital, in virtue of the process of spalling of the diligent classroom and of the depreciation of the work force, and, for another one, they had created limitations to the accumulation, which had been precariously contouring for intermediary of the magnifying of the accumulation in financial bases. However, such dynamics of accumulation, centered in the finances, comes conforming an increase of the economic dependence and a deepening of the different social picture, mainly in the peripheral countries has seen the conformation of a “new imperialism”

Key words: crisis, globalization, State-nation, “Empire”, “new imperialism”

Área 1: Escolas do pensamento econômico, metodologia e economia política; JEL: P16

¹ Professor do curso de mestrado em economia da Universidade Federal da Bahia, Doutor pela Unicamp. E-mail: balanco@ufba.br

² Professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e Mestrando em economia da UFBA. E-mail: eduardopintobr@yahoo.com.br

1. Introdução

Este artigo tem por finalidade discutir as transformações recentes do capitalismo, procurando situá-las como resultados do processo dialético das leis de movimento e reprodução do valor. Procurar-se-á explorar uma linha de caracterização do capitalismo contemporâneo, desde os anos finais da década de 1960 até os dias atuais, à luz de alguns conceitos e eventos fundamentais hoje exaustivamente discutidos, dentre os quais, o processo de *reestruturação produtiva*, a dinâmica da *globalização financeira*, o papel do Estado-nação, o “Império” de Hardt e Negri e o “novo imperialismo” estadunidense.

Esta iniciativa será conduzida em contraponto às elaborações socioeconômicas recentes que, vinculando o novo cenário capitalista ao conceito de globalização, advogam a efetivação de resultados amplamente positivos para a humanidade. Logo, embora se reconheça as grandes mudanças recentes, esta análise é efetuada tendo em vista importantes modificações com conseqüências socioeconômicas regressivas.

Para essa finalidade, adota-se o *constructo* de que as transformações recentes foram gestadas no combate à crise estrutural do capital cristalizada durante os anos 70. Na verdade, tais mudanças, originadas da relação contraditória entre capital e trabalho, provocou o acirramento dos conflitos contemporâneos nos planos intra e inter-estatal. O crescimento desses conflitos pode ser ilustrado tanto pela elevação das tensões externas, provocadas por modificações nas relações de coerção e controle entre os Estados Unidos e os demais países capitalistas avançados e periféricos (“novo imperialismo”), como também pela ampliação dos conflitos internos em virtude das estratégias públicas frente o novo poder das finanças.

Neste sentido, além desta introdução, discute-se, de forma panorâmica, na segunda seção deste artigo, as dimensões socioeconômicas da crise do capital, iniciada no final da década de 1960. Na terceira seção são apresentados os elementos constitutivos do capitalismo hodierno, a reestruturação produtiva e a globalização financeira, como contraface do mesmo fenômeno, quais sejam, as estratégias de retomada do controle social e de recuperação dos níveis de acumulação. Na quarta seção são apresentados alguns elementos do debate contemporâneo acerca do Estado-nação, do “Império” de Hart e Negri, dos limites da construção em andamento do projeto de império mundial dos Estados Unidos e as dimensões constitutivas do “novo imperialismo”. Por fim, na quinta seção, procura-se alinhar algumas idéias a título de conclusão.

2. Elementos da crise da década de 1970 em perspectivas: um breve panorama

Por volta do final dos anos 60 o *boom* econômico “virtuoso” dos *anos dourados* começou a se deteriorar. O padrão de acumulação assentado em normas regulatórias, no planejamento econômico e na harmonização entre as classes apresentava sinais de esgotamento. Assim, como na crise agrária de 1873 e na crise de 1929, fortes restrições se impuseram à continuidade do processo de acumulação da *ordem capitalista regulada e harmonicista* dos *anos dourados*. As contradições do padrão dos *anos dourados* vão sendo reforçadas à medida que (i) se elevava a contradição entre as classes, através da rearticulação dos movimentos operários diante da redução do “exército industrial de reserva”; (ii) se acirrava a concorrência inter e intra-setorial dos capitais, principalmente nos países centrais (EUA, Alemanha e Japão) pela busca de apropriação dos segmentos mais lucrativos, o que acabou gerando um excesso de produção e de capacidade; (iii) ocorreram aumentos nos preços das matérias-primas, associados à redução dos investimentos da indústria petrolífera e à maior pressão da OPEP por reajustes de preços que estavam defasados em valores reais, provocando a elevação dos custos de produção (CLAUDIN, 1977 *apud* OLIVEIRA, 1999).

Esses foram os três fatores determinantes da queda tendencial observada nas taxas de lucro, a partir da década de 1970, na origem da qual está o aumento da contradição de classes no âmbito da produção, principalmente, entre o final da década de 1950 e início da década de 1980. Naquele período, os movimentos operários (classe trabalhadora) rearticularam-se em decorrência da redução do “exército industrial de reserva” provocada pelo crescimento econômico dos *anos dourados*. Em boa parte do planeta os movimentos trabalhistas realizaram uma ofensiva ao capital com características bastante peculiares. Dentre estas, destaca-se a construção de movimentos/greves de base operária autônoma e, por conseguinte, independentes, em certa medida, das instituições sindicais social-democratas que naquela

altura ainda “representavam” os trabalhadores na arquitetura do compromisso keynesiano/fordista (consenso estabelecido entre a burocracia sindical e os patrões) (BERNARDO, 2000, ANTUNES, 1999).

A contradição entre as classes se elevou, em maior ou menor grau, tanto na Europa, principalmente nos países industrializados centrais, quanto na América à época. Pelos idos de 1968, as ações dos movimentos trabalhistas de deslegitimação destes processos de trabalho autoritários e avessos a formas democráticas de participação atingiram um dos seus pontos culminantes. Passou-se a questionar alguns pilares constitutivos do capital, tanto no âmbito da produção quanto, em certa medida, da superestrutura, particularmente aqueles relacionados ao controle social. A ampliação da luta de classes e do poder do operariado, nos países capitalistas desenvolvidos, perturbou seriamente o funcionamento do sistema capitalista, constituindo-se no fator mais importante no desencadear da crise estrutural do capital. À medida que o conflito distributivo passava a uma dimensão de luta de classes, verificava-se o aumento da resistência dos trabalhadores à exploração que, por sua vez, provocava a queda da taxa de lucro.

A crise transbordara ao âmbito das contradições políticas da luta de classes, ao longo da década de 1970, tanto no plano da fábrica, quanto além dela, em menor grau, através dos movimentos estudantis, dos grupos em luta por direitos humanos, da oposição à guerra do Vietnã e dos movimentos de contracultura. À época verificava-se certa contestação da ordem estabelecida, ou seja, o capital atravessava uma crise estrutural em sua totalidade. Vale ressaltar que a mesma foi menos intensa do que as crises estruturais pretéritas, em função da influência social-democrata no interior dos movimentos proletários e da absorção, por parte dos trabalhadores, da cultura e da ideologia do *american way of life*.

Além da intensificação da luta de classes, outros dois fatores provocaram a redução na taxa de lucro. O primeiro deles foi a elevação dos preços das matérias primas, principalmente, como já mencionado, do petróleo. Em 1973, a guerra entre os países árabes e Israel foi o estopim de mais uma elevação nos preços do petróleo, que quase quadruplicou (SERRANO, 2004). Desse modo, os custos das matérias-primas se elevaram provocando uma compressão nos lucros.

O segundo deles diz respeito ao acirramento da concorrência inter e intra-setorial, principalmente, entre os capitais americanos, alemães e japoneses, a partir da segunda metade da década de 1960. Isto se tornou possível uma vez que os produtores da Europa ocidental e do Japão começaram a suprir frações cada vez maiores do mercado mundial, inclusive com bens similares àqueles que já eram produzidos pelos Estados Unidos. A intensificação da concorrência capitalista elevou o grau de atrito entre os estados nacionais industrializados (EUA, Alemanha e Japão), gerando inclusive, a ruptura do arranjo institucional do sistema monetário de *Bretton Woods* construído nos *anos dourados*.

Nesse contexto de desarranjo institucional cresciam os conflitos entre os Estados desenvolvidos ao longo dos anos 70. O acirramento das tensões dentro do bloco capitalista esteve eminentemente vinculado à contestação da supremacia norte-americana no sistema-mundo capitalista por parte dos capitais japoneses e alemães. Muitos analistas, na década 1970, dos mais diversos matizes, afirmaram que a supremacia dos EUA estaria chegando ao seu ocaso e que estaria por emergir um novo centro capitalista. Tais previsões não se confirmaram; ao contrário, o que se verificou foi uma forte retomada da supremacia dos Estados Unidos, principalmente, no final dos anos de 1970 com a política Volcker do “dólar forte”. Mais recentemente, pós-dissolução do pacto de Varsóvia e do fim da União Soviética, os Estados Unidos têm ampliado seu poderio econômico, político, militar e cultural, inclusive, a partir de 1991, vem buscando consolidar um projeto de império (FIORI, 2004a).

Em suma, os representantes do capital, face à crise estrutural (dimensão econômica e política), engendraram estratégias contra-ofensivas de caráter preservativo em seus diversos espaços nacionais, principalmente nos países desenvolvidos. As estratégias de reação à crise, implementadas pelo capital, tanto no plano micro (reestruturação da produção) quanto no macro (modelo de regulação liberal), em associação com a dificuldade dos movimentos operários em construir um projeto hegemônico contrário ao capital, acabaram por arrefecer a crise estrutural (ANTUNES, 1999). Como resultado, houve um arrefecimento da luta de classes decorrente, sobretudo, da desvalorização da força de trabalho e de sua contrapartida, a reconstrução do “exército industrial de reserva”, além do combate aos sindicatos. No entanto, não ocorreu a eliminação da crise em sua totalidade, permanecendo no plano econômico, uma vez que, por um lado, o processo de reestruturação produtiva, ao criar um maior contingente de desempregados, acabou por reduzir a demanda agregada e, por conseguinte, gerando problemas na

realização das mercadorias. Por outro lado, a adoção do modelo de regulação liberal (neoliberalismo) dificultou, e continua dificultando, a consolidação de um novo padrão de acumulação que consiga incorporar os diversos interesses organizados.

3. O enfrentamento da crise: reestruturação produtiva e globalização financeira

A instabilidade econômica e política fora a marca da década de 1970. O capitalismo mergulhara numa crise estrutural que significou um abalo nos mecanismos de controle social e de acumulação. Em tal contexto crítico, o capital engendra nos mais diversos espaços nacionais, principalmente onde a crise estrutural assume maior intensidade, uma série de importantes transformações estruturais de grande envergadura, tanto no âmbito da produção quanto no plano superestrutural do Estado e da ideologia.

O enfrentamento da crise estrutural foi alicerçado a partir de duas dimensões que se articulam, quais sejam: (i) no plano da produção, pela reafirmação do capital diante das lutas de classes através da fragmentação da produção e, conseqüentemente, do trabalho, associado ao processo de centralização e concentração do capital. Isso foi viabilizado pela reestruturação da produção - que teve como balizadores a acumulação flexível e a adoção de novas formas de organização das empresas - e pelas mudanças institucionais no âmbito nacional e internacional; e (ii) no plano institucional, pela assunção do modelo de regulação neoliberal que trouxe subsídios ao processo de fragmentação da produção e ao processo de retoma da supremacia dos Estados Unidos. Este modelo neoliberal centrou-se e centra-se na liberalização dos fluxos comerciais e financeiros, na desregulamentação dos mercados de trabalho, no forte ataque à estrutura sindical e na redução dos gastos públicos sociais e da intervenção estatal na economia (privatizações). Esta nova regulação institucional abriu espaço para a globalização financeira e, por conseguinte, para o favorecimento do rentista, principalmente nos EUA, elevando seus beneficiários à uma posição central na disputa entre as frações da classe dominante nacional e internacional pela apropriação da renda e da riqueza.

3.1. Reestruturação produtiva e reafirmação capitalista: fragmentação do trabalho com centralização e concentração do capital

No ambiente de acirramento da luta de classes da década de 1970 os movimentos autônomos trabalhistas demonstraram a capacidade relativa dos trabalhadores de controlar diretamente tanto os movimentos reivindicatórios quanto o funcionamento da empresa. No entanto, os instrumentos de auto-organização dos trabalhadores acabaram sendo transformados, pelos capitalistas, em meios para a própria reestruturação produtiva. A auto-organização do trabalho, agora sob a égide do capital, em associação com novas tecnologias eletrônicas e computacionais (microeletrônica), se convertera na base para a reorganização capitalista sob novas formas de gestão do trabalho, tais como, o toyotismo, a produção “enxuta”, a qualidade total, entre outras formas similares de gestão do trabalho associados ao padrão da acumulação flexível. Tal processo teve por objetivo retomar o controle social - abalado pelo questionamento da hierarquia e controle da produção fordista por parte dos trabalhadores - abafando as lutas de classes e restabelecendo níveis elevados de lucratividade.

Além das novas formas de gestão/organização do trabalho, a reestruturação produtiva vinculou-se também às transformações da produção tanto no âmbito setorial quanto nas estruturas organizativas das empresas. Tais modificações consubstanciaram estratégias defensivas, diante da crise estrutural, voltadas ao aumento da concentração e da centralização do capital, em articulação com a descentralização das operações (fragmentação da produção).

O processo de acumulação flexível, estruturado a partir de formas novas da gestão do trabalho, em associação com a introdução ampliada de novos padrões de automação informatizada (base microeletrônica) e da teleinformática, possibilitou o surgimento de novas formas de organização industrial, combinando a desconcentração espacial da produção tanto nacional como internacionalmente. Também faz parte dessa combinação a estrutura mais *horizontalizada* da grande firma e a integração entre a grande empresa e as diversas unidades menores subcontratadas em redes hierarquizadas, processo este denominado de terceirização. Nesse contexto, as empresas, por um lado, dispõem, cada vez mais, de menor contingente de força de trabalho e, por outro, de maiores índices de produtividade (CHESNAIS,

1996; ANTUNES, 1999). Na verdade, estas mudanças de gestão da produção permitiram aumentar a extração de mais-valia, tanto relativa quanto absoluta.

Esses novos elementos, relacionados tanto à gestão do trabalho quanto às novas formas de organização industrial (“empresa-rede”), possibilitaram às multinacionais (empresas e bancos) um maior controle da expansão de seus ativos em escala internacional. Ao mesmo tempo, também serviram para reforçar a ampliação das operações dessas firmas ao âmbito mundial por meio do crescimento tanto das relações de terceirização entre firmas localizadas a milhares de quilômetros umas das outras quanto da *deslocalização* de tarefas rotineiras nas indústrias. Esta dinâmica da produção, por um lado, levou a uma maior concentração e centralização do capital, uma vez que os investimentos internacionais cruzados e as fusões-aquisições entre as multinacionais, principalmente nos EUA, Japão e Alemanha, consubstanciaram uma elevada concentração da oferta mundial. De outro lado, possibilitou a fragmentação de processo de trabalho e as novas formas de “trabalho em domicílio” (CHESNAIS, 1996).

A centralização do capital é uma característica histórica e necessária ao padrão de desenvolvimento capitalista. No entanto, em momentos de crise esse fenômeno tende a se intensificar em vista das estratégias defensivas dos representantes do capital. Verifica-se que tal tendência vem se materializando a partir dos anos 80, na medida em que se observa uma grande elevação de fusões e aquisições, ampliando a concentração e a centralização dos mais diversos ramos produtivos. As indústrias já oligopolistas em seus espaços nacionais ampliaram seu espaço de atuação internacionalmente. Para tanto, utilizaram os investimentos externos diretos (IED) como forma de integrar, tanto horizontal quanto verticalmente, as novas bases industriais nacionais separadas e distintas (CHESNAIS, 1996).

Desse modo, verifica-se hodiernamente que os setores produtivos estão articulados internacionalmente, ou seja, a partir de diversos espaços nacionais, diferentemente do que ocorreu nos *anos dourados* do capitalismo. Vale ressaltar que o processo atual de fragmentação da produção não significou perda de poder para os estados centrais, já que o controle do processo produtivo continuou ali instalado.

À medida que avançava o processo de reestruturação produtiva o capital ficava, cada vez mais, à vontade para se impor diante do trabalho. Esse maior poder do capital não pode ser associado apenas ao plano da produção, mas também ao campo da institucionalidade, uma vez que a assunção da regulação neoliberal teve um papel preponderante na viabilização da reorganização da produção ao combater os sindicatos e ao implantar o processo de abertura dos fluxos financeiros e comerciais. De fato, a abertura significou um elemento de fundamental importância à promoção da integração entre as bases empresariais nos diversos países - quer seja através dos IED quer seja por meio das maiores facilidades às importações e às exportações intra-firmas - e, por outro lado, abriu o caminho às alternativas de lucros centradas em fundamentos financeiros.

As mudanças da estrutura produtiva, articuladas à regulação neoliberal, enquanto estratégia de reorganização da dinâmica capitalista, acabaram por restabelecer a maior dominação do capital na medida em que a fragmentação produtiva provocou uma intensa desvalorização da força de trabalho, principalmente em virtude da reconstrução do “exército industrial de reserva”. Tal dinâmica deletéria foi estruturada a partir de (i) uma enorme desregulamentação dos direitos do trabalho; (ii) grande precarização e terceirização da força de trabalho num cenário de aparecimento de desigualdades salariais; (iii) destruição dos sindicatos classistas.

A reconstrução do exército de reserva de trabalhadores, associado à pujança da ideologia neoliberal - centrada no individualismo e na liberdade burguesa - desarticulou as formas clássicas de solidariedade. Isso, por sua vez, provocou fraturas nos vínculos classistas entre os trabalhadores, implicando na precarização das ações coletivas e num engajamento personalista e “egoísta”.

Em suma, o processo de reestruturação produtiva (centralização e concentração do capital e fragmentação do trabalho), vinculado à implantação da regulação estatal neoliberal, consolidada nos anos finais da década de 1970, principalmente nos países centrais do capitalismo, arrefeceu a luta de classes. O capital retomara o controle social. Entrementes, os mecanismos utilizados para tal “feito”, provocaram restrições à acumulação no âmbito da produção, o que levou a adoção, por parte dos capitalistas, de alternativas de acumulação pautadas nas finanças.

3.2. Globalização financeira: o papel dos EUA na ampliação da acumulação financeira

Desde o início da década de 1970, em meio a um cenário marcado pela crise estrutural, as taxas de acumulação do capital nos países avançados começaram a apresentar trajetórias de desaceleração. Nem mesmo as estratégias, no âmbito da produção, voltadas ao aumento da produtividade, propiciaram a retomada da acumulação aos níveis pretéritos. Nesse contexto de aumento das barreiras à valorização do valor originadas do aumento do conflito entre capital e trabalho, configura-se um excesso de capacidade e de produção no setor manufatureiro em decorrência da maior confrontação intercapital. Os preços do setor manufatureiro mundial não foram capazes de se elevar na mesma proporção dos custos diretos de produção. Essa dinâmica acabou gerando, ao longo da década de 1970, a desaceleração das taxas de crescimento do produto, da produtividade e dos lucros nas economias capitalistas.

Diante de um quadro crítico estrutural, que se revelou reticente no que se refere à recuperação das taxas de lucros do setor produtivo e no que tange à expansão econômica e geopolítica dos Estados Unidos, importantes transformações estruturais foram introduzidas com o objetivo de recolocar o capital norte-americano no centro da economia-mundo. O processo de retomada da supremacia norte-americana foi consubstanciado, por um lado, pelo processo de *globalização financeira* e, por outro, pela “diplomacia das armas”, atrelada ao aumento da corrida armamentista e ao programa “guerra nas estrelas” (TAVARES, 1997).

As amplas transformações introduzidas no plano da produção, conforme já descrito, não foram capazes de alavancar a retomada da acumulação produtiva aos níveis dos *anos dourados*. Nesse contexto, a superestrutura financeira envereda por uma trajetória de descolamento atrofiado relativamente à esfera produtiva, destacando-se as alternativas de realização do lucro financeiro, primeiro na forma de capitais de empréstimos e, depois, como capitais voláteis especulativos, configurando-se a partir desse momento uma dinâmica de acumulação predominantemente financeira (BALANCO & PINTO, 2004).

A nova superestrutura financeira levantada depois dos anos 1970 viabilizou a chamada *financeirização*, quer dizer, a diminuição acentuada das restrições com as quais as empresas se deparavam para obterem um diferencial de rentabilidade positiva quando aplicam seus capitais em investimentos financeiros ao invés de em investimentos produtivos (SALAMA, 2000). A aplicação financeira dos capitais é agora possibilitada por um universo multifacetado de ativos, agentes e instituições crédito-financeiras que representa uma notável inovação frente aos tradicionais agentes participantes desta esfera. Trata-se agora de corporações e governos, representando um conjunto de agentes e instituições negociadores de papéis, remuneradoras dos investidores a partir de uma riqueza não previamente existente, ressaltando, portanto, o caráter acentuadamente especulativo em seu interior (McNALLY, 1999).

Vejam agora de forma detalhada como a assunção do padrão de acumulação predominantemente financeiro esteve associada à crise estrutural da década de 1970 e às estratégias de saídas da mesma, voltadas à retomada do controle social e à recuperação da acumulação.

A economia norte-americana, ao final dos anos 60, enfrentava déficits astronômicos e persistentes no balanço de pagamentos, em virtude dos investimentos externos crescentes, associados ao Plano Marshall e aos gastos militares no exterior com a Guerra do Vietnã. Esses dois elementos, e mais a ingente elevação da quantidade de petrodólares no mercado financeiro europeu, produziram um forte aumento na liquidez do dólar nos mercados internacionais, provocando a “crise do dólar” na década de 1970. Na verdade, desde o início dos anos 60, o padrão cambial do dólar-ouro, firmado em *Bretton Woods*, começava dar sinais de precariedade. Segundo Eichengreen (2000, p. 160), em 1960, “pela primeira vez o passivo monetário dos Estados Unidos no exterior ultrapassou as reservas norte-americanas de ouro” e, em 1963, “o passivo norte-americano junto a autoridades monetárias externas” também ultrapassou suas reservas em ouro. A paridade estabelecida entre o ouro e dólar estabelecida em *Bretton Woods* estava sob suspeita.

Desde 1947, o economista monetário Robert Triffin já vinha alertando para instabilidade dinâmica do sistema de *Bretton Woods* à medida que aumentava, nos Estados Unidos, a geração de reservas mediante a acumulação de passivos oficiais no exterior sobre cada vez menos ouro. Isso causava uma instabilidade no padrão dólar-ouro, conhecida como “dilema de Triffin”. O crescimento do comércio e da renda nos principais países europeus - que passaram à condição de superavitários -, a conversibilidade das contas

correntes e a gradativa redução das restrições à mobilidade de capitais foram os fatores gerados da encruzilhada do padrão monetário dólar-ouro, a saber, a necessidade de escolha entre políticas econômicas americanas de preservação da paridade dólar-ouro ou a garantia de medidas internas expansionistas. Diante de tal tensão, os EUA não hesitaram em eleger os interesses domésticos como prioridade (CUNHA, 2003; EICHENGREEN, 2000).

Em face disso, tornou-se inevitável a ruína do sistema monetário de Bretton Woods, centrado na rigidez relativa das taxas de câmbio e em taxas de juros reduzidas. Tal resultado possibilitou ao Governo norte-americano praticar políticas monetárias expansionistas e keynesianas de déficits orçamentários “visando, de uma só vez, estimular o crescimento doméstico, desvalorizar o dólar para ajudar na competitividade do setor manufatureiro e depreciar as reservas de dólares mantidas no exterior por governos e indivíduos estrangeiros” (BRENNER, 2003, p. 69).

O financiamento dos déficits, tanto orçamentários quanto no balanço de pagamentos, do governo norte-americano, foram realizados a partir do aumento da emissão da dívida pública. Para tanto, foi de fundamental importância o crescimento da mobilidade de capital com o intuito de captar recursos forâneos e repatriar parte do capital dos Estados Unidos que haviam se deslocado para a Europa. O aumento da dívida pública norte-americana, nesse primeiro momento, facilitou os planos *produtivistas* à retomada do crescimento da economia e, ao mesmo tempo, fortaleceu os interesses financeiros domésticos dos principais bancos do país.

As economias avançadas, principalmente a dos Estados Unidos, em meados da década de 1970, recorreram uma vez mais, agora excepcionalmente, aos déficits keynesianos, em larga escala, que geraram intenso crescimento da dívida pública, possibilitando a superação, pelo menos temporariamente, da crise do petróleo através do subsídio à demanda. Contudo, o remédio keynesiano não limpou o caminho para novas expansões, pois perpetuou o excesso de capacidade de produção combinada com elevação de preços, gerando *estagflação*.

Nesse contexto crítico de “crise do dólar”, o presidente Reagan decidiu adotar uma mudança de sinal na sua política interna e externa mediante medidas monetaristas voltadas ao aperto da base monetária e aos ajustes do “lado da oferta”. A valorização do dólar, em 1979, implementada de forma unilateral pelo Governo dos EUA, a denominada política Volcker, teve como objetivo estratégico enquadrar os países sócios e os principais competidores econômicos do mundo capitalista. Tal política, apoiada na elevação das taxas de juros dos EUA, provocou uma reversão da direção dos fluxos de capitais da Europa, Japão e, principalmente dos países subdesenvolvidos, para aquele país, já que outrora este era o principal exportador de capitais. Esta ação permitiu o equilíbrio da balança de pagamentos, posto que o fluxo de capital oriundo do exterior mostrou-se suficiente para cobrir os déficits crescentes. Por essa razão, a valorização do dólar em 1979, enquanto um típico ato de força, acabou por repercutir sobre os mais diversos espaços nacionais, atingindo diferentes instâncias regulatórias regionais. A política Volcker, por exemplo, praticamente decretou o *default* da maioria dos países latino-americanos na década de 1980.

O (des)arranjo institucional entre Estados - provocado pelo fim do sistema financeiro internacional “regulado”, em 1973, e pela política do dólar forte adotada, em 1979 – acabou abrindo espaço para o florescimento daquela fração da classe dominante do sistema capitalista, os rentistas, que fora mantida sob controle relativo durante o padrão de acumulação dos *anos dourados*. Isto porque, o novo ambiente estabelecido para a recuperação do controle social e da acumulação, muito embora se apresentasse eficiente de *per se*, ao mesmo tempo abriu caminho inapelavelmente para o prevalecimento do lucro em seu caráter financeiro, o que passou a limitar a acumulação mediante a reativação do capital produtivo.

Características inéditas relevantes foram consolidadas como elementos dessa nova arquitetura financeira. A primeira delas, relacionada à tomada de decisão dos proprietários do capital e dos consumidores de alta renda, corresponde ao fenômeno denominado por Chesnais de “efeito mercado acionário”: este tem dois componentes, a saber, um “efeito-renda”, que financia o consumo com base em dividendos e juros, e um efeito “posse de patrimônio”, que patrocina despesas apoiadas em antecipações de ganhos financeiros futuros (CHESNAIS, 2001).

Nesta nova fase do capitalismo a liquidez absoluta adquire status de meta exclusiva dos investidores, assegurando, por isso, um comportamento distintivo relativamente ao mercado financeiro tradicional. Se no passado o interesse primordial era o recebimento de dividendos, no presente se busca a liquidez a mais

ampla possível. Este propósito é viabilizado por intermédio da apropriação de excedentes bursáteis mediante alternativas amplas de escolhas das aplicações, as quais podem ser encaminhadas instantaneamente para os mais diferentes espaços intra e internacionais. É por essa razão que as finanças exigem mercados financeiros amplos, onde as transações ocorram livremente em busca de revalorização de títulos e recomposição de portfólios. Por combinar originalmente mercados facilitadores da especulação e das “retiradas” estratégicas pode ser considerada como uma “estrutura ideal” (CHESNAIS, 2001).

A segunda característica, por outro lado, diz respeito ao papel do endividamento, o qual, visando a recuperação da lucratividade do capital financeiro, se estende para a esfera das relações entre as nações. A nova arquitetura das finanças internacionais, correspondendo a esta lógica, estrutura uma nova face da chamada “exportação de capitais”. Por conta da adoção dos procedimentos “desregulatórios” de estirpe neoliberal, o movimento dos excedentes de capitais, cujos proprietários optam por não transformá-los em investimentos produtivos, torna-se muito mais fácil. Parcela significativa da chamada liquidez financeira do mercado internacional flui sem obstáculos entre os países centrais e os países atrasados, sobretudo, na forma de aplicações especulativas.

Neste ambiente a continuidade do pagamento do serviço da dívida e, ao mesmo tempo, a remuneração generosa do capital estrangeiro especulativo, colocam os países periféricos numa posição funcional impar no escopo da reprodução da crise econômica. Esta funcionalidade os obrigam a implementarem políticas de ajuste macroeconômico de forte contensão ao nível interno de atividade. Paralelamente, o crescimento do endividamento interno, mediante a oferta de títulos públicos a juros generosos ao capital financeiro, se transformou em uma componente cotidiana deste processo.

Com o avanço da acumulação financeira, verificou-se desaceleração do nível de atividade da economia mundial, inclusive nos países capitalistas avançados, tais como, Japão e União Européia, que enfrentaram taxas de crescimento reduzidas durante as décadas de 1980 e 1990. A exceção fica por conta dos EUA, particularmente na segunda metade dos anos 90, em virtude dos seus ganhos de corretagem sobre o capital financeiro nacional e internacional e das políticas keynesianas parciais configuradas a partir de gastos bélicos. O baixo crescimento da economia mundial, a partir dos anos 1970 até os dias atuais, revela que a predominância das finanças na dinâmica da acumulação vem consubstanciando profundas transformações na natureza dos ciclos econômicos, tornando-os cada vez mais curtos e instáveis e, por conseguinte, gerando constantemente crises econômicas em vários países.

Ao mesmo tempo, praticando a arbitragem, estes capitais especulativos não estabelecem prazos nem critérios definidos para sair dos mercados nacionais. E quando o fazem, em função de melhores oportunidades em outras regiões do planeta, ou em decorrência da deterioração das contas externas dos países onde se encontram, são armados ataques especulativos que os colocam diante crises econômico-financeiras agudas. Esta realidade é enfrentada não apenas pelos países latino-americanos, mas também outros países ditos emergentes, como é o caso dos novos países industrializados do sudeste asiático.

4. Economia política internacional contemporânea: alguns aspectos do debate acerca do Estado-nação, do “Império” de Hart e Negri, e das dimensões e contradições do “novo imperialismo”

A compreensão da economia política internacional atual perpassa pela análise das dimensões constitutivas das relações entre os Estados-nações num contexto capitalista de globalização das finanças e de reestruturação produtiva. Para tanto, faz-se necessário, em primeiro lugar, apreender uma breve análise do papel e das funções do Estado-nação no modo de produção capitalista. Tal intento se constitui numa tarefa, em certa medida complexa, mesmo sendo um breve panorama da problemática do Estado. Lênin em conferência alertara sobre a dificuldade do entendimento sobre tal problemática:

(...) A questão do Estado é uma das mais complexas, mais difíceis e, talvez, a mais embrulhada pelos eruditos escritores e filósofos burgueses. (...) Todo aquele que quiser meditar seriamente sobre ela e assimila-la por si, tem de abordar essa questão várias vezes e voltar a ela uma e outra vez, considerar a questão sob diversos ângulos, a fim de conseguir uma compreensão clara e firme (LÊNIN *apud* CODATO & PERISSINOTTO, 2001, p. 01).

A compreensão da realidade (modo de produção capitalista) passa pelo entendimento das contradições de classes, do papel ativo que o Estado tem na regulação dos conflitos de classes e das relações entre a classe capitalista e o Estado. Tarefa bastante complexa é que não se pretende esgotar aqui. Para tanto,

adota-se neste artigo a concepção marxiana de Estado assentada num enfoque antideterminista, isto é, uma relação dialética entre as relações de produção e o Estado (um dos elementos da superestrutura), entrelaçados num todo, com a centralidade das relações sociais de produção configurada pela luta de classes. Dessa forma, em Marx, o Estado não é reduzida a uma estrutura econômica, nem, por outro lado, o Estado tem o poder de determinar, de forma autônoma plena, a realidade social de produção. Na verdade, para Marx e Engels, a estrutura e a função do Estado são reflexos das lutas e contradições históricas entre as classes capitalistas e trabalhadoras. Sabe-se que ao adotar tal concepção de Estado marxiana está-se adentrando por um dos debates mais “mais pantanosos do marxismo”. O cuidado aqui é o de não ficar preso nesse emaranhado teórico sobre o papel e as acepções do Estado.

Apesar do aparente antagonismo, ao longo da história, entre o Capital e o Estado, esta disputa só é realmente conflituosa quando os capitalistas são considerados de forma individual. Efetivamente, o que existe é uma dialética “virtuosa e feliz” entre Estado e Capital, na medida em que o Estado, desde sua formação, entre outras coisas, funcionou e funciona como regulador precípua da acumulação capitalista através da regulamentação e controle da circulação do dinheiro, do emprego/desemprego da força de trabalho, da dívida pública e da garantia da propriedade privada. Para Marx e Engels (1998, p. 03) “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Isto quer dizer que o Estado, embora contrarie, às vezes, os interesses imediatos dos capitalistas individuais, atua em prol, no longo prazo, dos capitalistas enquanto coletividade. Funciona, assim, como um aparelho de regulação e coerção dos conflitos tanto entre as frações da classe dominante quanto entre as classes capitalista e proletária.

Tal dialética virtuosa assume diferentes formas ao longo das diferentes fases do capitalismo. Na fase da acumulação *originária*, pré-capitalista, entre os séculos XV e XVIII, o Estado absolutista europeu presidiu formas de violência extra-econômicas para abrir espaços para o capitalismo através da expropriação e expulsão de parte do povo do campo. Quer seja, transformando “os pequenos camponeses em trabalhadores assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital”, que seja criando, “ao mesmo tempo, para esse último seu mercado interno”, separando radicalmente os produtores camponeses dos seus meios de produção (MARX, 1985, p.283). O Estado funcionou, também, como garantidor do contrato social/propriedade privada por meio do seu poder de polícia, ensejando sustentar e ampliar a acumulação capitalista.

Ao longo das mudanças históricas e do contexto reconhecidamente diferente das condições de análise Marx e Engels, o debate do papel do Estado no marxismo foi assumindo duas tendências diferenciadas: uma ótica *instrumentalista* (funcionalista) e outra *estruturalista*. Ambas derivadas de uma ampla gama de posições. Na perspectiva instrumentalista o Estado funciona como um “instrumento nas mãos das classes dominantes, ou, mais concretamente, de suas variadas frações burguesas”, por outro lado, na ótica estruturalista o Estado “como nada mais do que algo postado acima dos conflitos de classes, ou como instância dotada de total autonomia diante deles” (OLIVEIRA, 2004, p.216).

O discussão teórico desses dois eixos marxista a respeito do papel do Estado renovou-se, ao longo dos anos 1970 e início de 1980, a partir do debate analítico entre a visão *estruturalista* e a perspectiva da *luta de classes*, configurado através do conhecido debate entre Poulantzas (estruturalista) e Miliband (luta de classes)³. Para Poulantzas (*apud* Mollo, 2001) o Estado teria a função de coerção social e corresponderia aos interesses políticos dominantes, entretanto, para ele, o Estado tem uma autonomia relativa no que tange às classes e frações de classe do bloco de poder. Noutra perspectiva, Miliband (1970) considera uma fraqueza a idéia de Poulantzas de autonomia relativa, já que existe um “superdeterminismo estrutural”. Segundo Bonefeld a “estruturas [Estado] devem ser vistas como modo de existência ‘do antagonismo de capital e trabalho’ e então como resultado e premissa da luta de classes” (BONEFELD, 1992 *apud* MOLLO, 2001, p. 353).

No decorrer dos anos 1970 e 1980 emerge a partir do viés estruturalista algumas correntes renovadas desse eixo, uma delas foi a escola de regulação. Para Oliveira (2004) nessas novas correntes estruturalistas a

³ Uma resenha detalhada do debate entre Poulantzas e Miliband pode ser encontrada no artigo *A concepção marxista de Estado...* de Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (2001)

luta de classes representa (...) papéis especificamente secundários –ainda que importantes – no desenrolar do processo de tomada de decisão, tolhida que está por leis objetivamente dadas. Sua influência nesse modelo é secundária, resumindo-se ao papel de instâncias meramente condicionadora – da aceleração ou do retardamento de processos – sem que, em qualquer momento, constitua num desafio ao desenvolvimento do capital em si mesmo (OLIVEIRA, 2004, p. 224).

Desse modo, a dinâmica de acumulação capitalista acaba definindo os condicionantes da luta de classes e de suas orientações. “A luta de classes perde o caráter de motor da história, em nome da autonomia relativa da estrutura hegemônica” (BONEFELD *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 225).

Codato & Perissinotto (2001) identificam nas obras de Marx o papel reprodutivo do Estado, num nível mais geral e abstrato. Segundo tais autores, o Estado “é a ‘forma política’ da sociedade burguesa e o ‘poder de Estado’ identifica-se plenamente como o poder de classe” e que a autonomia que o Estado adquire “em determinadas situações históricas não faz delas uma força social ‘autônoma’ ou ‘descolada’ da sociedade”. Ainda segundo eles, o Estado, numa análise mais “conjuntural”, em que se configuram “as lutas políticas de grupos, facções e frações de classe”, pode ser percebido como uma instituição dotada de “capacidade de decisão” e de “capacidade de iniciativa” (CODATO & PERISSINOTTO, 2001, p. 17). Assim, segundo Codato & Perissinotto, é possível pensar o “poder de Estado” separado do “poder de classe”, mas em constante relação conflituosa quando apreendido numa perspectiva “conjuntural”.

Muitos cientistas sociais estariam se perguntando os porquês de se analisar o papel do Estado no momento em que se anunciam os funerais teóricos do Leviatã (Estado-nação). A importância de tal análise reside no fato de que o Estado continua a desempenhar papéis significativos na dinâmica da reprodução capitalista e que as visões de fim do Estado são perspectivas apressadas e disformes da realidade contemporânea intra e interestatal. Nelson Oliveira, em trecho abaixo, do seu livro *Neocorporatismo e política pública: ...*, reafirma a importância do Estado nacional no capitalismo contemporâneo:

O Estado nacional não só não foi eliminado como instância estratégica como continuou a desempenhar papéis importantes na reconstrução dos espaços mais atingidos pela crise dos anos 70-80. As novas formas institucionais que passam a responder pela regulação do ciclo reprodutivo do capital no âmbito internacional mais parece reforçar do que negar alguns de seus papéis históricos fundamentais. Não se trata, apenas, de papéis tradicionais enquanto fonte de legitimação e coerção, mas de sua inserção mesmo como instância necessária à transformação das dinâmicas internas nos espaços nacionais como componente do processo de acumulação internacional (OLIVEIRA, 2004, p. 233-234).

4.1. A morte do Leviatã e o “Império” de Hardt & Negri: visões distorcidas das relações estatais contemporaneamente

As transformações contemporâneas nas relações intra e interestatais têm suscitado diversos entendimentos sobre o atual papel do Estado. Para muitos, inclusive das mais diversas matizes ideológicas, o Leviatã teria ou estaria por sucumbir-se diante de uma nova “ordem capitalista”. Esta nova configuração teria eliminado ou restringido a soberania nacional dos Estados-nações, extinguindo assim, a sua principal prerrogativa histórica. As visões de “fim” do Estado não ficaram restritas apenas ao campo dos liberais e se espraiaram por distintas perspectivas desde as moderas heterodoxas até as mais a esquerda. Os ultraliberais globalista, representantes da ciência política norte-americana, sustentam que a internacionalização do capital o libertou das correntes do Leviatã e que a “mão invisível” iria conduzir a uma convergência internacional. Outros arquétipos advogam que as questões políticas, administrativas e econômicas que antes seriam prerrogativas dos Estados-nações teriam sido transferidas para a esfera supranacional, quer seja para órgãos ou instituições “supranacionais”, tais como, as Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), quer seja para os mercados financeiros privados (“Governo Mundial”).

Por outro lado, procurar-se-á demonstrar que as idéias propaladas da decadência, fim ou transcendência do Estado-nação são visões distorcidas da realidade capitalista hodierna, uma vez que este continua como um fator central na política, sendo o lócus do poder de classe, mesmo com a assunção das empresas transnacionais e das instituições “supranacionais”. Não se defende aqui a idéia de que “nada mudou” nas relações entre Estados. Na verdade, partir-se do *constructo* de que o Leviatã continua vivo e robusto só que mais restrito aos espaços estadunidense e de alguns países europeus. Isso, por sua vez,

tende a restringir, em certa medida, o exercício de soberania nacional dos estados mais frágeis. Tais redefinições de hierarquias e de graus de autoridade no exercício das soberanias nacionais - alçando os EUA ao posto de país com maior poder soberano - estão associadas ao aumento das tensões tanto externas, provocadas por modificações nas relações de coerção e controle entre os estados, quanto internas, em virtude dos novos rumos das estratégias públicas controladas por frações da classe dominante.

Rosecrance, um dos principais expoentes da escola globalista norte-americana, sustenta “a hipótese de total internacionalização do capital, libertando-se definitivamente das amarras dos Estados-nação” (ROSECRANCE *apud* VIGEVANI et al, 1994, p. 22). Ele argumenta que o único regulador possível do sistema internacional seriam as relações econômicas (“mão invisível”). Estas, inclusive, deveriam ter, no máximo, uma ligação tênue com a sua base territorial, não se apoiando na existência do Estado. Nessa perspectiva o mundo do futuro pertenceria às nações comerciais, o que permitiria um crescimento maior da riqueza, caso houvesse uma economia mundial mais livre.

Para Vigevani et al os teóricos norte-americanos globalistas depositam absoluta confiança no mercado haja vista suas crenças e, principalmente, devido “a idéia de que os Estados Unidos ainda possuíam vantagens comparativas no sistema internacional, o que lhe daria sustentação para melhorar sua própria posição” (VIGEVANI *et. al.*, 1994, p.22).

Até mesmo um teórico como Giovanni Arrighi, que se aproxima do arquétipo de economia-mundo⁴ de Fernand Braudel e de Immanuel Wallerstein, em que haveria um sistema político estruturado a partir de Estados soberanos distribuídos em diferentes níveis de soberania, vem defendendo recentemente que os Estados-nações estão perdendo a capacidade de controlar as finanças. Segundo Arrighi et. al. “à medida que esse sistema [interestatal] ganhou âmbito global, (...), a maioria dos Estados perdeu prerrogativas historicamente associadas à soberania nacional. Até nações poderosas, (...) têm sido descritas como ‘semi-soberanas’”(ARRIGHI et. al., 2001, p.103). De acordo com tais autores, a desintegração da ordem mundial bipolar provocou uma fissão das duas fontes de poder mundial: militar e financeiro. O poder eficaz de violência (militar) concentrou-se ainda mais nos EUA, potência vencedora da guerra fria, enquanto o poder financeiro dispersou-se pelos múltiplos rivais, concentrando-se nas mãos de agentes empresariais transnacionais. Essa bifurcação entre militar e financeiro, no âmbito da economia política global, segundo eles, vem diminuindo a capacidade dos Estados de controlar o processo de acumulação do capital globalizado.

Alguns teóricos que lutam contra o domínio do capital⁵, também, embarcaram nessa “onda” de “nova ordem mundial” de negação do Estado-nação. A obra *Império* de Hardt & Negri é um exemplo rico e paradigmático dessa nova linha de luta da “multidão” contra o “Império”, estágio este que, segundo tais autores, o capital teria destruído os limites entre o “interior” e o “exterior” e, por conseguinte, eliminado qualquer resquício de Estado-nação. Vejamos agora de forma mais detalhada os principais conceitos e enlaces da obra dos últimos autores mencionados que tem suscitado amplo debate crítico.

Hardt & Negri (2001, p. 325) sustentam que “a mudança do paradigma de produção para o modelo de rede fomentou o poder crescente das empresas transnacionais, além e acima das tradicionais fronteiras dos Estados-nações”. Quer dizer que estes perderam soberania e autonomia política, tornando-se incapazes de regular as permutas econômicas e culturais agora articuladas em rede. Para tais autores, a rede, equivalente a uma infra-estrutura de informação, por sua característica imanente, estaria alterando a base econômica e social da sociedade⁶, reforçando o poder das empresas transnacionais e, por

⁴ A economia-mundo é uma estrutura social que tem fronteiras, grupos integrantes e uma legitimação social, no qual existem forças conflituosas que o mantêm unido. Tal estrutura socioeconômica centra-se em três eixos, a saber: i) um sistema econômico integrado mundialmente, tendo um centro polarizador da dinâmica econômica; ii) um sistema político alicerçado em Estados soberanos e com diferentes hierarquias de autonomias e poder; iii) e, fim, um modelo cultural que legitime e dê coerência ao sistema (BRAUDEL 1994; WALLERSTEIN, 1985).

⁵ “A militância atual é uma atividade positiva, construtiva e inovadora. Esta é a forma pela qual nós e todos aqueles que se revoltam contra o domínio do capital nos reconhecemos como militantes. Militantes resistem criativamente ao comando imperial. Em outras palavras, a resistência está imediatamente ligada ao investimento constitutivo no reino biopolítico e à formação de aparatos cooperativos de produção e comunidade” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 437)

⁶ No auge da produção contemporânea, a informação e a comunicação são as verdadeiras mercadorias produzidas e a rede, em si, é o lugar tanto da produção quanto da circulação (HARDT & NEGRI, 2001).

consequente, teria reduzido a zero a autonomia política dos Estados nacionais. Por isso, segundo Hardt & Negri, o fim do Estado-nação teria eliminado o imperialismo moderno no sentido leninista. O mundo teria transitado do imperialismo para um “Império” pós-moderno, do “não lugar”⁷, em que a soberania estaria agora circunscrito ao patamar dos organismos supranacionais. Tais autores deixam isso bastante claro, na passagem abaixo, no início de sua obra:

O império está se materializando diante de nossos olhos. Nas últimas décadas, (...) quando as barreiras soviéticas ao mercado do capitalismo mundial finalmente caíram, vimos testemunhando uma globalização irresistível e irreversível de trocas econômicas globais de produção, surgiu uma ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando - em resumo, uma nova fase de supremacia. O império é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo.(...) Os fatores primários de produção e troca – dinheiro, tecnologia, pessoas e bens – comportam-se cada vez mais à vontade num mundo acima das fronteiras nacionais. (HARDT & NEGRI, 2001, p.11).

Vale ressaltar que nesta visão as funções do Estado-nação e seus elementos constitucionais não desapareceram, mas sim, deslocaram-se ao plano da dominação dos “organismos nacionais e supranacionais”. “O declínio da soberania dos Estados-nação, entretanto, não quer dizer que a soberania como tal esteja em declínio” (Hardt & Negri, 2001, p.12). Portanto, segundo eles, a soberania se revestiria de uma nova forma – englobando organismos internacionais e supranacionais, regidos por uma lógica única – que levaria à constituição do poder em nível supranacional: o Império.

O poder nessa nova arquitetura supranacional seria representado de forma piramidal, a saber: i) no topo: os organismos internacionais e o organismo nacional norte americano; ii) no meio: as redes de empresas transnacionais e os organismos nacionais subordinados ao poder destas empresas; e iii) na base: a Mídia, a Igreja, os organismos nacionais e, principalmente, as ONGs que representariam os interesses populares: *a multidão*. Apesar da existência destes três níveis na pirâmide de poder no Império não haveria uma hierarquia entre estes níveis nem um equilíbrio funcional de poder, pois existiria uma hibridização entre os poderes, o que, por sua vez, abriria o espaço para a assunção da multidão, possibilitando as modificações estruturais através das lutas políticas contra o império. Para tais autores, o avanço do trabalho imaterial teria modificado a estrutura de poder conformando uma sociedade biopolítica⁸ que se aproximaria da idéia foucaultiana de poder. Tal perspectiva teria eliminado as classes e, conseqüentemente, a contradição entre capital *versus* trabalho (HARDT & NEGRI, 2001).

A luta política que se consubstanciava no âmbito do Estado-nação, portanto, teria se findado e deslocado ao âmbito do “*não lugar*” e do *lôcus* do digital, onde ocorreria o conflito político entre a “multidão” e o “Império”, haja vista as novas configurações produtivas. Assim, a comunicação e a informação, como novos elementos centrais do modo de produção, teriam fomentado, por um lado, a vitória das empresas transnacionais sobre os Estados-nações e, por outro lado, estariam propiciando a diminuição da subsunção do trabalho pelo capital, pois com a ascensão do trabalho imaterial⁹ abrir-se-ia a possibilidade de auto-valorização do valor, em certa medida, independente do capital.

Cérebros e corpos ainda precisam de outros para produzir valor, mas os outros de que eles necessitam não são fornecidos obrigatoriamente pelo capital e por sua capacidade de orquestrar a produção. A produtividade, a riqueza e a criação de superávits sociais hoje em dia tomam a forma de interatividade cooperativa mediante linguísticas, de

⁷ Nesta perspectiva, não existiria mais a diferença entre os países do primeiro e do terceiro mundo, já que estas realidades tornar-se-iam híbridas, na qual o primeiro mundo poderia ser encontrado no terceiro e vice-versa. Essa concepção está vinculada à metáfora da “aldeia global” cujas diferenças entre países e regiões (territórios) teriam se deslocando para o espaço virtual (rede).

⁸ “O poder se torna inteiramente biopolítico, todo corpo social é abarcado pela máquina do poder e desenvolvimento. Essa relação é aberta, qualitativa é expressiva que vai até os gânglios da estrutura social e seus processos de desenvolvimento, reage como um só corpo” (NEGRI & HARDT, 2001, p. 43). Dessa forma, para eles, o poder estaria disperso, mais “democrático” e imanente ao campo social, na medida em que estaria distribuído por corpos e cérebros dos cidadãos. Nessa visão o poder aparece como uma dimensão biológica que perpassa pela dimensão individual sendo associado à produção e à reprodução da própria vida.

⁹ Para Hardt e Negri (2001) o trabalho imaterial vincula-se à produção de serviços, bens culturais, conhecimentos ou comunicação, tornando indispensável à presença das tecnologias da comunicação e do computador nas atividades laborais. Uma análise crítica consistente do conceito de trabalho imaterial adotado por Hardt e Negri pode ser encontrada em Prado (2003)

comunicação e afetivas. Na expressão se suas próprias energias criativas, o trabalho imaterial parece, dessa forma, fornecer o potencial de um tipo de comunismo espontâneo e elementar (HARDT & NEGRI, 2001, p. 315).

Essas múltiplas teses, que vêm diagnosticando o fim ou declínio do Estado-nação, quase sempre apresentam relações problemáticas, já que elas partem de relações sem mediações, o que, por sua vez, implica em um reducionismo da política à economia (“economicismo”) ou da política a uma *síntese biotecnológica*¹⁰ (Hardt & Negri, Castells, dentre outros).

Na visão economicista liberal parte-se do pressuposto que a expansão e a centralização do capital, no espaço mundial, estariam provocando a restrição, quase que total, da esfera política nacional, delegando as livres forças do mercado à regulação socioeconômica que levaria a convergência entre os espaços. Assim, uma “nova ordem global” estaria adoçando os costumes e, com o fim da Guerra Fria, aproximando o mundo da “paz perpétua”. A velha retórica liberal smithiana, ricardiana e kantiana abstrata retornando mais viva do que nunca para legitimar o contexto atual.

Na perspectiva reducionista da política a uma *síntese biotecnológica*, de forte influência foucaultiana e spinosiana, desenvolvida por Hardt e Negri e outros autores dessa linha, ocorre um fetichismo da comunicação e da informação, na medida em que os *bites* e os *átomos*, os instrumentos, estariam modificando os atores da sociedade: os homens. Na verdade, a construção do Império e do contra-império de Negri & Hardt, que busca, explicitamente, a ruptura com determinados padrões de dominação na sociedade, não consegue se liberar de uma visão utópica de emancipação, posto que, através da tese da imanente do indivíduo acabam por formular uma leitura pouco profícua das verdadeiras contradições de classes que perduram na sociedade atual.

Além desse fetiche verificam-se vários elementos problemáticos “aos mil platôs” do Império de Hardt & Negri como destacado por Eleutério Prado, em seu artigo *Pós-grande industrial: trabalho imaterial e fetichismo...*, e por Jacques Bidet, em seu artigo *A multidão perdida no império*. Segundo Eleutério Prado, Hardt & Negri ao preverem a dissolução do Estado-nação e a emergência de uma nova soberania global (Império) não teriam percebido os verdadeiros movimentos de poder nas relações interestatais. Para ele, “o que se vê emergir atualmente é o Império Americano que hierarquiza os estados nacionais e que põe o próprio Estado americano no topo, o que pode ser encarado, talvez, como um estágio superior do imperialismo” (PRADO, 2003, p. 130).

A visão distorcida de Hardt e Negri ocorreu em virtude das suas perspectivas de Estado capitalista como uma ordem jurídica e política de dominação sem levar em conta a influência das dimensões contraditórias do modo de produção. O Estado, além de suas dimensões jurídica-política, “deve ser derivado das contradições entre a aparência e a essência do modo de produção capitalista” (FAUSTO *apud* PRADO, 2003, p.130)

Nessa mesma linha crítica à Hardt e Negri, Bidet argumenta que

não haveria, sem dúvida alguma, nada a objetar ao “império” se ele não se colocasse como substituto no campo conceitual à estrutura de classe e ao sistema-mundo, que – em seu tempo – foram a força crítica do marxismo, frente às questões de uma alternativa e de “uma outra mundialização”. (...) Ora, é preciso objetar [a idéia de fim do] Estado-nação, ao contrário, [ele] cresce vertiginosamente em potência (BIDET, 2004, p. 100).

Aceitar a idéia de deslocamento do poder para o âmbito supranacional seria admitir que as empresas transnacionais não tivessem uma base nacional. Não obstante, tais empresas têm um alcance global, mas sua propriedade encontra-se numa base nacional que legisla e protege estes capitais. Na verdade, o *constructo* de Império de Hardt e Negri tende a perceber a realidade de forma distorcida haja vista a idéia de transformação a partir da imanência individual e do caráter fetichista do biopoder e da sociedade de controle. Isso desencadeia, por sua vez, uma leitura disforme dos acontecimentos históricos recentes, obliterando o crescimento do controle do Estado-nação norte-americano sobre os demais estados.

¹⁰ “A revolução da produção da comunicação e da informação transformou práticas laborais a tal ponto que todas elas tendem ao modelo das tecnologias de informação e comunicação. Máquinas interativas e cibernéticas tornaram-se uma nova prótese integrada a nossos corpos e mentes, sendo uma lente pela qual redefinimos nossos corpos e mentes” (HARDT & NEGRI, p.312). Verifica-se claramente, nesse trecho e ao logo de toda obra, que tais autores advogam da idéia que, em última instância, a mudança tecnológica estaria modificando o homem, um ser biológico, alçando assim, o sistema a novos padrões socioeconômicos.

Portanto, o Estado-nação atualmente, como outrora, continua operando como um agente de controle e hierarquização em favor do capital diante do trabalho.

Ao retermos a história das relações conflituosas, até certo ponto, e complementares entre o Estados-nações e o desenvolvimento internacional do capitalismo pode-se compreender melhor que a crise contemporânea da maioria dos estados não deriva do fenômeno de que eles sejam hoje menos soberanos do que sempre foram diante do poder do capital ou das grandes potências. Na verdade, as modificações do capitalismo hodierno não eliminaram as funções dos estados nacionais. O que agora ocorre é a redefinição de suas hierarquias e de seus graus de autoridade no exercício de suas soberanias (FIORI, 1997).

Apesar das transformações do padrão de acumulação verificadas nas últimas três décadas, não podemos afirmar que o capital e os mercados financeiros se tornam independentes do poder político. Segundo Chesnais, “a globalização entendida como a mundialização do capital não apaga a existência de Estados nacionais, nem as relações de dominação e de dependência entre eles. Ao contrario, acentuam os fatores de hierarquização entre países...”(CHESNAIS, 1997, p. 22).

O Estado-nação, na figura das principais potências, se robusteci e se apropria de armas mais poderosas, de funções repressivas, para garantir a assunção da acumulação rentista. Sendo assim, o capital e os mercados financeiros não se desvinculam do poder político, uma vez que este continua sendo uma condição indispensável à multiplicação da lucratividade. Na verdade, o que se altera não é o papel do poder político, mas sim suas formas de atuação e proteção dos espaços nacionais econômicos garantidos para seus capitais.

Finalmente, seria conveniente mencionar o novo papel das instituições “supranacionais” dentro dessa estrutura. Após a crise da macroestrutura definida pelos acordos de Breton Woods, estes organismos, entre os quais se destacam o FMI, o Banco Mundial e a OMC (ex-GATT), são chamados para concretizar novas formas de integração dos espaços nacionais à dinâmica do capital. Isto acaba facilitando o processo acelerado de centralização acima observado, cujo rebatimento mais importante é a ampliação do poder econômico e político em espaço restritos, quais sejam, os Estados Unidos e as potências européias. Estas agências, na verdade, colaboram para a cristalização de uma nova configuração interestatal com a elevação da hierarquização entre países, a qual apresenta o Leviatã estatal americano desfrutando de uma forte ascendência sobre os demais estados nacionais – um *novo imperialismo*.

4.2. A “hegemonia” americana: contradições e dimensões do “novo imperialismo”.

Hodiernamente, existe um grande debate a respeito da nova configuração das relações entre os Estados-nações e da configuração da política externa norte-americana após os atentados de 11 de setembro de 2001. Para muitos a transferência do governo Clinton ao governo republicano neoconservador de George W. Bush, em associação com os atentados às torres gêmeas, teria gerado a passagem de uma política norte-americana de consenso a uma política de coerção no âmbito internacional. Nessa perspectiva, a reação aos atentados de 11 de setembro seria o divisor de águas na virada da política externa ianque. (SADER, 2003, p. 34 e 41).

Emir Sader e outros autores, ao considerarem a reação aos atentados de 11 de setembro como o marco da nova política externa estadunidense, deixaram de perceber que as mudanças nas estratégias norte-americanas já vinham se processando, ao longo da década de 1990, após a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética (fim da Guerra Fria). A partir do desaparecimento do “perigo comunista” delineou-se, desde 1991, uma estratégia norte-americana orientada por uma visão unipolar direcionada à construção de um império mundial (Estado internacional) que ficou mais bem codificado com as reações aos atentados de 11 de setembro e no relatório intitulado “Estratégia para a segurança nacional dos Estados Unidos”, distribuído em 20 de setembro de 2002.

Com o fim da União Soviética uma nova ordem estaria se consubstanciando segundo uma versão atualizada da ideologia liberal. As fronteiras nacionais estariam se extinguindo e um império mundial norte-americano estaria se erguendo. O ideal liberal, “de que o mundo inteiro não fosse mais do que um só povo, ao interior do qual as nações fossem como pessoas” (NORTH *apud* FIORI, 1997, p. 87), renasce contemporaneamente assentado nas raízes mais utópicas e profundas do liberalismo do séc. XVII. Alguns

cientistas sociais atualmente inclusive “chegaram a pensar, como Montesquieu, que depois do *annus mirabilis* de 1989 esta nova ordem global já estaria ‘adoçando os costumes’ e, com o fim da Guerra Fria, aproximando-se o mundo da ‘paz perpétua’ de Kant” (FIORI, 1997, p.87).

Desde 1991, os Estados Unidos vem adotando uma conduta cultural, econômica e diplomática imperial, pois cada vez mais se orienta por uma visão unipolar do mundo. Tal condução dessa nova ordem mundial, no transcurso dos anos de 1990, anunciada por George Bush (pai) e conduzida por Bill Clinton, ampliou o poder e a economia ianque, enquanto gerou nos demais estados uma perda de legitimidade e de poder dos governantes diante de suas populações haja vista a estagnação econômica, o desemprego e a insatisfação social (FIORI, 1997). Portanto, a virada na política externa norte-americana começa a configurar-se com a dissolução da União Soviética, ficando mais visível com os eventos de 11 de setembro de 2001.

Por sua vez, Mészáros defende que não houve mudança significativa na doutrina militar e econômica dos Estados Unidos após o 11 de setembro. Na verdade, para ele, o presidente democrata Clinton adotava as mesmas políticas de seu sucessor republicano (Bush filho), embora de forma camuflada (MÉSZÁROS, 2003).

Na mesma linha de Mészáros, José Luís Fiori, em seu artigo *O poder global dos Estados Unidos:...*, também deixa muito claro que não existem incongruências entre o governo de Clinton e de Bush (filho) - apesar de tais governantes utilizarem retóricas diferentes - no que se refere à estratégia de longo prazo norte-americana de construção de um império mundial. Na década de 1990 difundiu-se a crença que o “poder pacífico dos mercados” e “a força econômica convergente da globalização” consolidariam finalmente o “império mundial cosmopolita, pacífico e democrático, sob a liderança benevolente dos Estados Unidos”. Não obstante essa retórica liberal, a administração Clinton “manteve um ativismo militar sem precedentes, apesar de sua retórica globalista [humanitária] que propunha uma ‘convivência pacífica pelo mercado’, porém, desde que fossem respeitadas as regras do novo império” (FIORI, 2004a, p. 97). A vitória do republicano Bush (filho) significou apenas uma mudança na retórica dominante da política externa dos Estados Unidos, que agora assume uma linguagem bélica e um unilateralismo explícito, uma vez que o discurso do liberalismo econômico não foi abandonado e o projeto de construção do império ficou às claras (FIORI, 2004a).

O sonho de um império mundial liberal, sob o controle norte-americano, não é uma característica histórica nova. A bem a verdade, muitos historiadores e analistas internacionais identificam a origem do projeto imperial americano através da guerra hispano-americana de 1889 e das medidas do governo Roosevelt. Recentemente Henry Kissinger afirmou que “os Estados Unidos enfrentaram, em 1991, pela terceira vez na sua história [1918 e 1945], o desafio de redesenhar o mundo à sua imagem e semelhança (...)” (FIORI, 2004a, p. 94; FIORI, 2001). Tal sonho do império mundial estadunidense sofre certa influência dos ideais “cosmopolitas” liberais kantianos, expressos na obra *À paz perpétua* editada em 1795.

Para Immanuel Kant seria possível por intermédio do direito internacional construir uma liga de alguns povos, tendo um estado central que se ampliaria e, conseqüentemente, evitaria a eclosão de hostilidades até o estabelecimento de uma paz perpétua, eliminando assim, os conflitos entre as nações. Isso, por sua vez, criaria uma verdadeira liberdade e igualdade entre os homens. Tal estado central, segundo ele, deveria ser regulado pelas normas do direito internacional. A inexistência do conflito entre a política e a moral no âmbito objetivo (na teoria) - apesar de tal conflito ocorrer na dimensão prática -, segundo Kant, abriria a possibilidade de criação de um estado de paz perpétua muito além dos tratados de armistícios entre povos. Nesse processo, o direito público (estabelecimento de leis universais) teria o papel de eliminar o conflito em sua dimensão prática (KANT, 1989).

Muitas dessas idéias kantianas retornaram com grande força haja vista a nova tentativa de construção de um império liberal, tendo o estado norte-americano como centro. Tal configuração sóciopolítica levaria à paz perpétua (fim da história). Dessa forma, um império liberal cosmopolita pode ser caracterizado: i) pela ausência de fronteiras e pelo poder ilimitado do império; ii) por uma ordem que suspende a história e determina, para sempre, o estado de coisas existentes; iii) pela busca de uma paz perpétua e universal fora da história, apesar das práticas de guerra do império. Tais guerras, na verdade, seriam justas e legítimas em virtudes dos seus fins, a saber: à paz perpétua.

Para muitos pensadores norte-americanos a consecução do império mundial liberal, sob o controle ianque, seria possível, e inclusive estaria numa rota acelerada. “Daí que os Estados Unidos não só são a primeira e a única verdadeira potência global, senão que, provavelmente, serão também a última” (BRZEZINSKI *apud* AYERBE, 2002, p. 33).

Esse tipo de perspectiva de formação de algum tipo de federação cosmopolita e pacífica (Império mundial liberal ou um Estado internacional) não tem nenhuma sustentação a partir da análise histórica do sistema mundial, nem se percebe nenhum indício efetivo da conformação de um novo sistema desse tipo contemporaneamente. Portanto, mostrar-se-á que o projeto de império mundial cosmopolita dos Estados Unidos é um objetivo inatingível em virtude de suas contradições e limitações. Apesar da impossibilidade de consecução plena de um império mundial, a busca de tal objetivo, a partir de 1991, acabou modificando as relações entre os diversos estados nacionais. Isto se tornou possível uma vez que os EUA, conforme já detalhado, vêm ampliando sua capacidade autônoma para determinar políticas internas e estabelecer a dominação externa sobre estados nacionais mais poderosos e débeis, o que, por sua vez, facilita o processo de integração do capital nacional norte-americano. Nesse contexto internacional, o imperialismo, enquanto categoria de análise, não pode ser desprezada na apreensão das relações inter e intra-estatais, muito pelo contrário. Por conseguinte, pretende-se demonstrar que a atual configuração internacional capitalista está assentada numa “nova fase do imperialismo”, influenciada pelo grande poderio do Leviatã ianque e pelo seu projeto de construção de um império mundial.

Em decorrência, a tese da impossibilidade de construção de um império mundial (Estado internacional) liberal de paz perpétua será analisada tanto sob a perspectiva “politicista” de Luís Fiori quanto sob a visão classista de István Meszáros.

Para Fiori a marcha norte-americana rumo ao poder global será restringida pelo próprio movimento de tal objetivo à medida que este alimenta “a contratendência ‘nacionalizante’ dos demais estados que bloqueiam sua marcha em direção ao poder global” (FIORI, 2004a, p. 58). Nesse contexto os limites intransponíveis ao império mundial estão associados à impossibilidade de uma paz perpétua num cenário de expansão das economias nacionais capitalistas e à incapacidade estrutural de uma Grande Potência praticar, de forma permanente, uma política coercitiva voltada apenas a preservar seu *status quo* (FIORI 2004a, 2004b). Sendo assim,

(...) historicamente, os “estados-imperiais” ou “grandes potências” sempre recriaram seus concorrentes e adversários, logo depois de submeter ou destruir o concorrente anterior. Exatamente como na concorrência capitalista, onde o próprio capital recria sem cessar as suas novas formas de competição, por que perderia capacidade de acumulação se ocorresse uma monopolização completa dos mercados. (FIORI 2004b, p. 102-103)

Para István Meszáros o elevado poder dos Estados Unidos diante de outras potências rivais tende a provocar uma situação perigosa haja vista a tentativa de tal país assumir a função de “Estado do sistema do capital em si”. Segundo ele, apesar da impossibilidade de tal objetivo, por um período longo de tempo, verifica-se que isso “não inibe as forças que buscam implacavelmente sua realização” (MESZÁROS, 2003, p. 41).

Tal impossibilidade de construção de um Estado internacional, a partir dos EUA, está associada à separação estrutural entre capital transnacional e os Estados nacionais originária, na verdade, da própria natureza das redes de contradições subjacentes ao sistema capitalista. Para Meszáros (2003, p. 19) a raiz das contradições pode ser encontrada no “antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital”, mesmo quando são elaboradas mistificações que procuram camuflar tal antagonismo.

Ao constatar-se que a idéia de construção de um império mundial vincula-se a visões pouco profícuas das interações estatais internacionais, faz-se necessário desenvolver a análise das relações entre Estados nacionais à luz das dimensões do imperialismo contemporâneo. Para tanto, serão incorporados elementos do conceito de imperialismo desenvolvido por Lênin, no primeiro quartel do século XX. Segundo ele, o imperialismo ou “estágio superior do capitalismo” estava associado à luta, entre nações industrializadas, por posições dominantes, tanto no mercado mundial quanto no controle de matérias-primas. Fora ele um dos primeiros a perceber a importância da exportação de capitais para legitimação dos poderes imperialistas dos Estados centrais capitalistas (LENIN, 1979, p.88).

A concentração e centralização do capital são características inerentes à acumulação capitalista. Tal processo contemporaneamente tem sido comandado pela ampliação do capital financeiro que na forma de acumulação atual predomina sobre as órbitas produtiva e mercantil. Na análise da configuração mundial recente, acrescenta-se um elemento importante, que Lênin não desenvolveu tendo em vista sua limitação histórico-temporal, qual seja: *o extraordinário poder que um único país adquiriu diante dos outros estados nacionais*. Desse modo, a estratégia norte-americana de construção de um Estado imperial mundial liberal, apesar de sua impossibilidade construtiva, remete-nos a um quadro complexo das interações estatais que conformam um *novo imperialismo*. Vejamos agora de forma mais detalhada suas características.

Nesse novo imperialismo um único Estado-nação (Estados Unidos) exerce uma domínio preponderante sobre os demais países. Tal exercício de poder norte-americano é sustentado a partir das diversas formas de dominação, a saber: i) ocupação militar territorial; ii) política; iii) cultural e ideológica; e, *last but not least*, iv) econômica. Todo esforço norte-americano volta-se, portanto, à manutenção e à ampliação do controle do mercado mundial, das fontes de matérias-primas e da ideologia mundial, já que os ianques sonham em construir um mundo a sua semelhança.

No que concerne à ocupação militar de territórios, os Estados Unidos, desde 1991, vêm exercendo um ativismo militar sem precedentes como comprova a ampliação de suas bases militares nos mais diversos países e, principalmente, as ocupações recentes do Afeganistão e do Iraque. Meszáros já tinha alertado, antes mesmo das ocupações territoriais recentes, que o imperialismo contemporâneo também está vinculado a ocupações de territórios. Segundo ele,

os que sustentam que hoje o imperialismo não implica a ocupação militar de territórios não apenas subestimam os perigos que nos esperam, mas também aceitam as aparências mais superficiais e enganadoras como as características substantivas definidoras do imperialismo de nosso tempo, ignorando tanto a história quanto as tendências contemporâneas de desenvolvimento (MESZÁROS, 2003, p. 55)

Os norte-americanos exercem sua dominação política através de seu controle direto e indireto sobre as principais instituições supranacionais (FMI, BM, ONU, OTAN, OMC). Tais instituições se voltam ao direcionamento de novos processos de integração do capital nos mais diversos espaços mundiais sob a égide estadunidense.

Quanto à dominação cultural e ideológica, os Estados Unidos vêm utilizando os mais diversos meios para disseminar a economia de mercado, a democracia pluralista norte-americana e os valores culturais consumistas. Arriscamos a dizer que este é um dos principais instrumentos de dominação e controle, pois a ideologia dos dominantes tende a ocultar e esconder dos dominados as contradições e as barbáries da economia capitalista (BABER, 2003, p.42).

Robert Mcchesney, em seu texto *Mídia global, neoliberalismo e imperialismo*, apresenta de forma detalhada a relação entre o sistema de mídia global e seus enlances com o imperialismo norte-americano atual. Para ele, quando as grandes firmas vendem seus produtos ao redor do mundo, elas estão vendendo a cultura popular ianque, sua pretensa prosperidade e seu imaginário. “O sistema de mídia global pode ser bem entendido como aquele que defende valores e interesses corporativos e comerciais [ianque] e denigre ou ignora os que não podem ser incorporados à sua missão”. O sistema de mídia global anuncia aos quatros cantos sua autonomia e sua liberdade de imprensa, entretanto, defendem diretamente ou indiretamente interesses comerciais, ideológicos e culturais demarcados (MCCHESENEY, 2003, pp. 236 e 238).

No âmbito econômico, a dominação estadunidense é originária do seu domínio do comércio internacional e dos mercados financeiros e, também, da função exercida por sua moeda, uma vez que o dólar americano funciona como unidade de conta, meio de troca e reserva de valor internacionalmente (padrão monetário dólar flexível). O manejo do comércio internacional e dos mercados financeiros – que tem nos títulos da dívida pública dos EUA os ativos líquidos de última instância na economia mundial - permite aos Estados Unidos incorrem em déficits externos em conta corrente, constantemente, sem desestabilizar o dólar enquanto moeda internacional. Tais déficits funcionam como uma bomba de sucção da poupança mundial, possibilitando expansões da economia doméstica ianque haja vista seus níveis negativos atuais de poupança interna. O mundo, principalmente a Ásia, financia o padrão consumista da sociedade norte-americana (TAVARES & BELLUZO, 2004, p. 134).

Os Estados Unidos reafirmaram e ampliaram sua posição de organizadores desse novo imperialismo a partir da regência do processo de globalização financeira e produtiva atrelado a sua política externa pós-queda da União Soviética. Tal política ficou explícita a partir do documento: “Estratégia para a Segurança nacional dos Estados Unidos” distribuído em setembro de 2002 após os atentados de 11 de setembro de 2001. Naquele documento os norte-americanos reafirmam-se onipresentes em escala mundial, uma vez que o mundo todo, pelo menos no plano da segurança interna, participaria da América. Nessa nova ordem, segundo o documento, a luta agora não é mais contra um estado totalitário forte (bloco socialista), já que as forças da liberdade venceram (democracia, liberdade e livre empreendimento). Para o referido documento todas as nações, no século XXI, deverão garantir a liberdade econômica e política e os direitos humanos para assegurar a prosperidade futura de seus povos. Os inimigos dos norte-americanos agora são os pequenos estados e grupos não-estatais que ainda resistem à penetração da moral política estadunidense em suas nações. Neste processo, os EUA devem atuar no sistema internacional como agentes desta liberdade através do bom relacionamento entre as nações amigas - Estados nacionais que se ajustam às posições e não oferecem perigo contra-hegemônico - e ajudar os povos das nações inimigas a “restabelecer o caminho da prosperidade” mediante a implantação da liberdade econômica e política.

Os Estados Unidos proclamam-se convencidos de uma “missão” divina de estender ao mundo, de maneira generosa e desinteressada, o modelo de liberdade, de democracia e dos direitos humanos ianque. Tal liberdade deve configurar-se como um valor universal, inserindo-se, assim, como um elemento categórico da construção de uma moral kantiana que sobrepõe o poder. Desse modo, a liberdade, ao molde ianque, seria o conjunto de regras que as sociedades deveriam seguir para alcançar um estado de paz perpétua que seria configurado a partir do império mundial sob a égide norte-americana.

Entretanto, estas estratégias provocam um estado de guerra intermitente, pois há uma imposição do “regime democrático”, através das armas, nas mais variadas regiões do globo. Isto, na verdade, gera uma incompatibilidade à construção do Império mundial liberal e, por conseguinte, do estado de paz perpétua haja vista a *incongruência entre subordinação ideológica e consentimento ativo*. Apesar da busca insana para a configuração do Império mundial liberal, desde 1991, verifica-se a impossibilidade de sua construção, na medida em que isto exigiria a obtenção da hegemonia no sentido gramsciano (consentimento ativo), trasladado para o âmbito internacional ao invés de um transformismo (subordinação ideológica).

O que há de subjacente nesta iniciativa é a ampliação da capacidade americana de controlar e coagir os mais diversos estados nacionais através de uma nova dominação imperialista atrelada aos elementos econômicos, culturais, políticos, comunicacionais e, principalmente, bélicos. Os EUA, com o pretexto de alcançar um estado de paz no futuro, conseguem ampliar seu controle econômico e ideológico auferindo, cada vez mais, poder no sistema internacional e mantendo-se como centro econômico e político. Portanto, a projeção das idéias kantianas para a organização de uma nova estrutura internacional funciona, na verdade, como um instrumento ideológico de dominação, uma vez que cria no imaginário coletivo dos povos a possibilidade dos mesmos alcançarem um estado final de igualdade e solidariedade mundial dentro do sistema capitalista.

De fato, o que existe contemporaneamente é uma organização imperialista, em grande medida, articulada por meio de instituições globais, tais como, FMI, Banco Mundial e OMC, que são dominadas eficazmente, tanto administrativamente quanto politicamente pelos EUA e pelas potências européias (McNALLY, 1999). Quando estas instituições não conseguem integrar determinados países ao sistema mundial, através da cultura, da política e do comércio, a potência imperialista, utiliza-se de ações militares - consubstanciadas por determinadas agências “supranacionais” como as Nações Unidas e a OTAN - para integrá-los, com a justificativa de que estariam estendendo ao mundo, de forma abnegada, a liberdade, como foi recentemente confirmado com as invasões do Afeganistão e do Iraque.

Em suma, o projeto de império mundial norte-americano se coaduna a uma hegemonia consentida, que implicaria a transformação do terreno ideológico anterior e a criação de uma visão de mundo nova que serviria de princípio unificador da nova vontade coletiva (consentimento ativo). Conforme descrito anteriormente, este não é o cenário hodierno, já que a soberania política, via Estado-nação, garante a hierarquização do regime de acumulação capitalista e a dimensão do controle e coerção se sobrepõe ao consentimento. Ademais, existe ainda a possibilidade de construção de um maior poderio da Europa a

partir da União Européia. Isso, por sua vez, provocaria uma maior tensão entre os capitais deste continente frente aos seus competidores estadunidenses uma vez que estes últimos tenderiam a depender, cada vez mais, da capacidade do Estado norte-americano de traduzir seus avanços militares em dominação política e econômica, qual seja, em novos mercados.

5. Conclusão

Procurou-se ao longo deste trabalho mostrar que os elementos constitutivos do capitalismo contemporâneo, assentados na *reestruturação produtiva* e na *globalização financeira*, em articulação com a *(des)regulação neoliberal* e com o “novo imperialismo”, propiciaram a retomada do controle social do capital em virtude do processo de fragmentação da classe trabalhadora e da desvalorização da força de trabalho. Entretanto, tais modificações criaram impedimentos à acumulação produtiva, já que reduziram a demanda agregada, tanto pelo lado do consumo dos trabalhadores como pelo dos investimentos. A situação problemática à dinâmica da acumulação capitalista foi contornada fragilmente através da ampliação da acumulação centrada nas finanças viabilizada pelos estados nacionais centrais.

O padrão de acumulação predominantemente financeiro é posto em prática num contexto de “convivência” com os problemas de realização das mercadorias e, principalmente, com o aprofundamento do quadro social desigual entre os países (“novo imperialismo”). Este padrão provocou transformações na natureza dos ciclos econômicos, tornando-os cada vez mais curtos e erráticos, gerando assim, crises econômicas recorrentes, principalmente, nos países periféricos.

Dados os elementos presentes na configuração do capitalismo atual, não existem elementos suficientes que ensejem fortes potenciais de agravamento ou explosão, pois a *luta de classes*, principal alternativa de saídas “externas” ao capital, foi arrefecida ao longo dos anos 80 e 90. Contudo, existe uma crise no plano econômico, atrelada aos problemas na acumulação produtiva, que poderia, em algum momento, alcançar um estágio político de ruptura. Este seria uma projeção não muito clara para o curto-prazo em virtude da grande penetração da ideologia burguesa neoliberal no imaginário dos trabalhadores e dos movimentos operários. Na verdade, uma projeção para o capitalismo, a mais aproximada do momento histórico atual, seria mais uma vez uma saída “interna” a crise econômica, ou seja, um novo arranjo institucional que busque articular os mais diversos interesses sócio-econômicos.

Bibliografia

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.
- ARRIGHI, G. & HUI, P. & RAY, K. & REIFER, T. E. *Geopolítica e altas finanças*. In: ARRIGHI, G & SILVER, B. *Caos – Governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contexto, 2001.
- AYERBE, F. *Estados Unidos e América Latina: construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.
- BALANCO, P. & PINTO, E. *Padrões de desenvolvimento, crise e endividamento no capitalismo contemporâneo*. In: Anais do VII Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL, p. 575-594, 2004.
- BARBER, B.R. *Cultura McWorld*. In: MORAES, D. (Org) *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BELLUZO, L. G. *Finanças globais e ciclo de expansão*. In: FIORI, J. L. (Orgs.). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: ed. Boitempo, 2000.
- BIDET, J. *A multidão perdida no império*. In: *Crítica Marxista*, nº 19, Editora Revan, 2004.
- BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Estudos Gerais, 1994.
- BRENNER, R. *O boom e a bolha: os EUA na economia mundial*. Rio de Janeiro, Record. 2003.
- CHESNAIS, F. *“Nova economia”: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital*. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, 7 Letras, nº 9, p. 53-85, dezembro de 2001.

- CHESNAIS, F. *A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro*. In Praga – Estudos Marxistas, São Paulo, Hucitec, n° 3, pp. 19-46, 1997.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CODATO, A. N. & PERISSINOTTO, R. M. O estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. In: Crítica Marxista, n° 13, Editora Revan, 2001.
- CUNHA, A. *A Estabilidade Perdida: explorando alguns limites para a reforma na arquitetura financeira internacional*. III Colóquio de Economistas Políticos da América Latina, Buenos Aires, Anais (CD-ROM), 16 a 18 de outubro de 2003
- EICHENGREEN, B. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- FIORI, J. L. Formação, expansão e limites do poder global.. In: FIORI, J. L. (Org.) O poder americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.
- FIORI, J. L. *O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites*. In: FIORI, J. L. (Org.) O poder americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b.
- FIORI, J. L. *Globalização, hegemonia e império*. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, Vozes, 1997.
- HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- KANT, I. *A Paz Perpétua*. São Paulo, L&A Editores, 1989.
- LENIN, W. I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global, 1979.
- MARX, K. *O capital – crítica da economia política*. São Paulo, Nova Cultural (Os Economistas), vols. IV e V, 1986.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. In REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro/Contraponto, São Paulo/Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MCCHESENEY, R. W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, D. (Org) Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- McNALLY, D. *The present as history: thoughts on capitalism at the millennium*. IN: Monthly Review, v.51, n° 3, july/august 1999, p. 134-145.
- MÉZAROS, I. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: ed. Boitempo, 2003.
- MILIBAND, R. O estado na sociedade capitalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1970
- MOLLO, M. R. A concepção marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas. In: Revista Economia (ANPEC), v. 2, n° 2, jul-dez, editora Komedí, 2001.
- OLIVEIRA, N. *Meio ou Fim: os dilemas da democracia na reprodução sócio-econômica*. Salvador, Cadernos do CEAS, set/out, n° 183, pp 53-76, 1999.
- OLIVEIRA, N. *Neocorporativismo e política pública: um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado*. Edições Loyola, São Paulo, 2004.
- PRADO, Eleutério. *Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo – uma crítica a A. Negri e M. Hardt*. In: Crítica Marxista, n° 17, Editora Revan 2003.
- SADER, E. *A vingança da história*. Editora Boitempo, São Paulo, 2003.
- SALAMA, P. *Do produtivo ao financeiro e do financeiro ao produtivo na Ásia e na América Latina*. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, 7 Letras, n° 6, pp. 05-47, junho de 2000.
- SERRANO, F. *Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível*. In: FIORI, J. L. (Org.) O poder americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- TAVARES, M. & BELLUZO, L. *A mundialização do capital e a expansão do poder americano*. In: FIORI, J. L. (Org.) O poder americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- TAVARES, M. C. *A retomada da hegemonia norte-americana*. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, Vozes, 1997.
- VIGEVANI, T & VEIGA, J. P. & MARIANO, K. *Realismo versus globalismo nas relações internacionais*. In: Revista Lua Nova, São Paulo, n° 34, pp 4-26, 1994.
- WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.